	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ Instituída pela Lei nº 10.425, de 19/04/2002 – D.O.U. DE 22/04/2002 PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROEN COORDENADORIA DE FILOSOFIA - COFIL

Curso: Filosofia – Licenciatura		
Grau acadêmico: Graduação	**Turno:** Noturno	**Currículo:** 2014
Unidade curricular: Política Educacional Brasileira		
Natureza: Obrigatória	**Unidade acadêmica:** DECED	**Período: 7º**
Carga horária: 36 horas-aula / 33 horas		**Código CONTAC** FL190
Teórica: 36 h/a – 33 h	**Prática:** ----------	**Total:** 36h/a – 33 h
Pré-requisito: Não tem	**Correquesito:** Não tem	

EMENTA

A importância e o significado histórico da aprovação da noção de Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A LDB 9394/1996 e a estrutura organizacional da educação brasileira. Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e Médio. As legislações educacionais referentes à Educação Inclusiva e à Educação das relações étnico-raciais.

OBJETIVOS

- Compreender o significado e a importância histórica da discussão a respeito da legislação educacional no Brasil.
- Conhecer os aspectos legais que presidem a organização da educação brasileira.
- Discutir as implicações pedagógicas do ordenamento legal referente à educação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I – Análise crítica da legislação Educacional brasileira

- Constituição Federal de 1988: o direito à educação
- A Lei 9394/96 – Diretrizes e bases da educação Nacional (LDB)

Unidade II – Impactos da reestruturação capitalista sobre a educação

- A situação atual do desenvolvimento capitalista
- Mudanças no mundo do trabalho
- Globalização econômica e educação
- Financiamento de políticas públicas de educação escolar

Unidade III – Principais políticas, projetos e programas educacionais

- O plano de desenvolvimento da Educação – PDE
- O plano Nacional de Educação – PNE
- A Conferência Nacional de Educação – CONAE
- A política Nacional de avaliação da Educação da Educação Básica – SAEB

- As políticas atuais para o Ensino Superior e Ensino Médio.
- Política de Educação Especial numa perspectiva Inclusiva

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os procedimentos de avaliação serão norteados pelo princípio processual, de modo a observar melhor o desempenho dos alunos no decorrer do curso. Entre os instrumentos a serem utilizados, destacam-se:

1) Prova objetiva – 30 pontos
2) Seminários de pesquisa – 30 pontos
3) Análise de filme – 30 pontos
4) Auto avaliação e avaliação da disciplina – 10 pontos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 nov. 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Organização de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Parecer nº 09, aprovado em 08 de maio de 2001. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena*. Relatora: Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2011.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores a Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2011.

DÜRKHEIM, E. *Educação e Sociologia*. Tradução de Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1972.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Educação básica e educação superior*: projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2004
BRASIL. Parecer 36/2001, de 04.12.2001. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas** do Campo.
CUNHA, Célio de.; SOUZA, José V. de.; SILVA, Maria a. da (org.) **Avaliação de políticas públicas de educação**. Brasília: Faculdade de Educação: Universidade de Brasília: Liber Livro, 2012.
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** 10 ed. Ver. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.
SAVIANI, Dermerval. **Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação**. Trab. Educ. Saúde, v. 6 n. 2, p. 213-231, jul./out.2008
CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2ª ed, 2002.
SAVIANI, Dermerval. **Da nova LDB ao FUNDEB**:por uma outra política educacional. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
SOARES, Leôncio (org.). **Educação de Jovens e adultos:** o que revelam as pesquisas. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
MAZZOTTA, M. J. Silveira. **Fundamentos de educação especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
GATTI, Bernadete A.; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil:** impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.
OLIVEIRA, Ramon de. Possibilidades do **ensino médio integrado** diante do financiamento público da educação. **Educação e Pesquisa,** São Paulo: [s.n.], v.35, n.1, p. 51-66, jan./abr. 2009.
UNESCO. Ensino médio no século XXI: desafios, tendências e prioridades. – Brasília: UNESCO, 2003 (Cadernos UNESCO. Série Educação; 9).

Prof. Ana Caroline de Almeida
DECED/UFSJ

Data ____/____/_____

Prof. Fabio de Barros Silva
Coordenador do Curso de Filosofia

Data ____/____/_____